

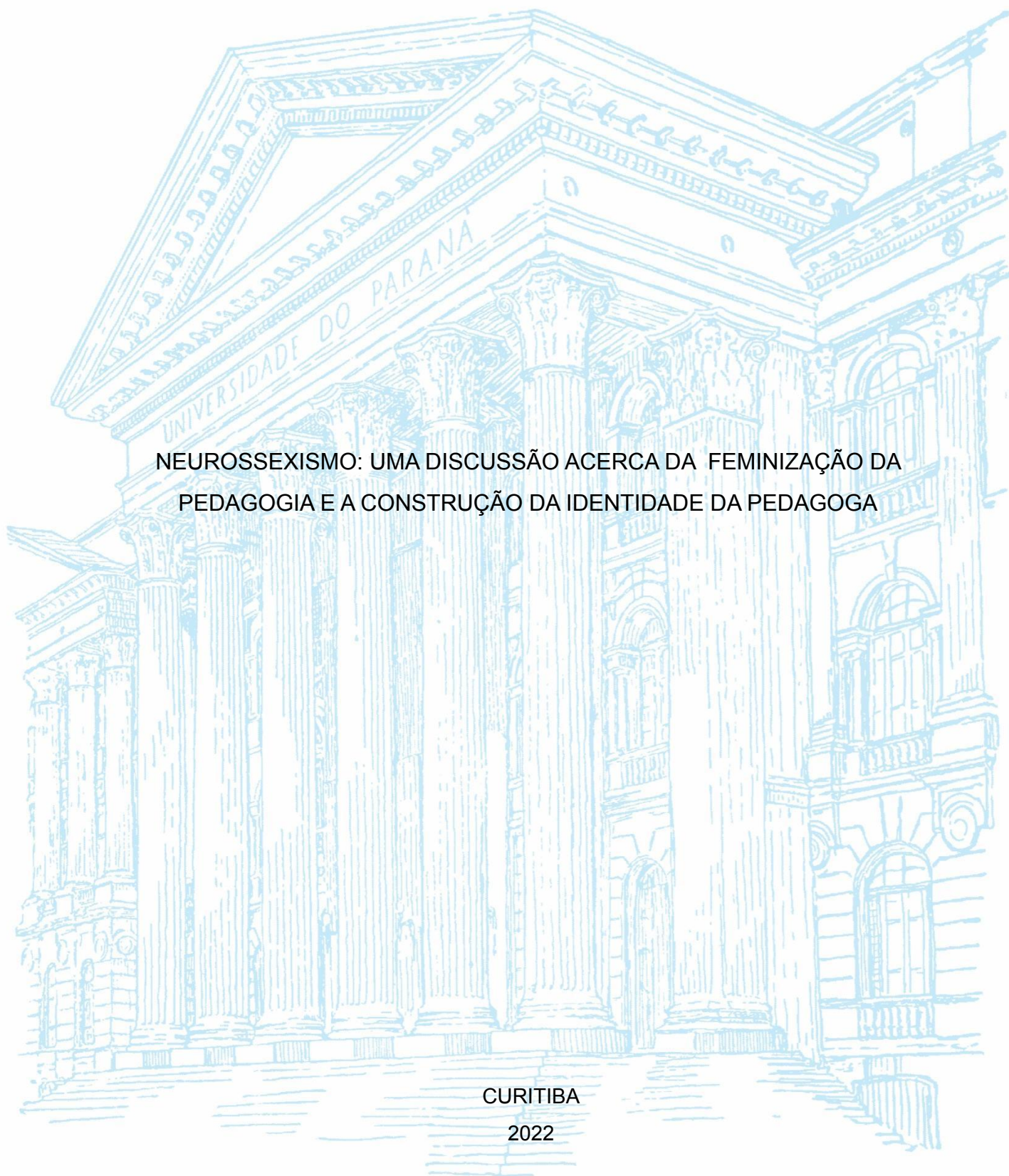
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SARAH G. H. NOVAES

NEUROSSEXISMO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA FEMINIZAÇÃO DA
PEDAGOGIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PEDAGOGA

CURITIBA

2022



SARAH G H NOVAES

NEUROSSEXISMO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA FEMINIZAÇÃO DA
PEDAGOGIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PEDAGOGA

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de licenciada em Pedagogia pelo Setor
de Educação da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Profa Dra. Valéria Floriano Machado

CURITIBA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por ter sempre me estimulado a ser independente e determinada; ao meu pai por me apoiar em tudo que eu faço; ao meu companheiro por acreditar em mim até quando eu não acredito mais; à minha amiga Thais Neves por ter me apresentado a discussão do neurosexismo; à minha orientadora Valéria Floriano por ter me acompanhado com muita paciência e dedicação ao longo dessa jornada; à professora doutora Arilda Arboleya por ter despertado meu amor pela Sociologia e às minhas professoras e professores que construíram comigo o conhecimento para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo aproximar o conceito de “neurosexismo”, forma de opressão de gênero apresentado pela filósofa Cordelia Fine em 2008, à produção científica brasileira, particularmente localizando sua importância no debate acerca da construção da identidade da pedagoga no Brasil. Para trazer uma perspectiva nacional, foi feito um levantamento bibliográfico da produção brasileira. A partir desta leitura, foram apresentadas algumas das discussões que já estão se estabelecendo no país e levantadas questões relacionadas à educação, escolaridade e ocupação de cargos de chefia por mulheres brasileiras. A abordagem teórica se dá destacando o pensamento neurofeminista como apresentado pela rede NeuroGenderings. A proposta é, portanto, mapear o uso e a conceituação desses novos termos e fazer uma análise crítica dos processos envolvendo a feminização da Pedagogia e a influência de pensamentos neurosexistas na construção da identidade desta profissional e sua representação social, acenando para possíveis novos olhares nos estudos de gênero.

Palavras-chave: neurosexismo; neurofeminismo; feminização da Pedagogia; Educação; estudos de gênero.

ABSTRACT

This research aims to bring the concept of "neurosexism", a form of gender oppression presented by the philosopher Cordelia Fine in 2008, closer to Brazilian scientific production, particularly locating its importance in the debate about the construction of educators' identity in Brazil. In order to bring a national perspective, a bibliographic review of Brazilian production was carried out. From this perspective, some of the discussions that are already being established in the country were presented and questions related to education, schooling and occupation of leadership positions by Brazilian women were raised. The theoretical approach is given by highlighting neurofeminist thinking as presented by the NeuroGenderings network. The proposal is, therefore, to map the use and conceptualization of these new terms and to make a critical analysis of the processes involving the feminization of Pedagogy, pointing to possible new perspectives in gender studies.

Key-words: neurosexism; neurofeminism; feminization of Pedagogy; Education; gender studies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CONTEXTO E PROBLEMA.....	12
2.1	COMO NOSSAS MENTES, A SOCIEDADE E O NEUROSSEXISMO CRIAM DIFERENÇA ENTRE OS SEXOS	14
2.2	UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE O NEUROSSEXIMO E NEUROFEMINISMO	19
3	ESCOLARIZAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL.....	23
3.1	EDUCAR É PROFISSÃO OU VOCAÇÃO?.....	25
3.2	OS REFLEXOS DO DISCURSO HEGEMÔNICO SEXISTA NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE PODER DA ESCOLA.	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
	GLOSSÁRIO	37

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como ponto de partida as reflexões suscitadas pelas discussões neurofeministas que tiveram ponto de partida em 2008 com a publicação do artigo escrito por Cordelia Fine¹: “Will Working Mothers’ Brains Explode? The Popular New Genre of Neurosexism²”. Este é o primeiro texto a usar o termo “*neurosexismo*” e foi o ponto de partida para o livro que seria publicado em 2010: “Delusions of Gender³: How our minds, Society and Neurosexism create Difference⁴” que serviu de base para muitas discussões que farei nesta pesquisa.

Ao adicionar esse conceito no meu repertório consegui dar nome a diversos desconfortos que experienciei e pude olhar para as relações de gênero sob outra perspectiva. A minha trajetória é marcada pelo interesse em compreender as desigualdades, neste sentido vale destacar que antes de cursar Pedagogia, estudei dois anos de Ciências Sociais, também na UFPR, e costumo dizer que foi na Pedagogia que reencontrei meu encantamento pela Sociologia. Escolhi a Pedagogia por ver nela a ampliação das oportunidades de trabalho, e também um entendimento mais aprofundado da educação em si. Nesse processo pude me perceber enquanto educadora e fui aos poucos construindo minha identidade. Apesar de sentir que fiz a transição certa, não significa que vim sem nenhum preconceito. Os outros cursos das humanidades têm dificuldade em levar a pedagogia a sério. É recorrente ouvir pelos corredores brincadeiras ou comentários jocosos sobre os trabalhos que as alunas de pedagogia fazem, como se toda a formação se baseasse em elaborar atividades com cartolinas, guache ou E.V.A e glitter. De certa forma, eu também vim pensando que seria um curso para “tias” da pré-escola como se isso fosse um desqualificador. Conforme foram passando os anos de estudo e com a conclusão de

¹ Cordelia Fine é Filósofa da ciência, psicóloga e professora da Universidade de Melbourne na Austrália. Ela se dedica ao estudo de cognição social, neurociências e os mitos populares acerca de sexo e cognição.

² O Cérebro de Mães Trabalhadoras Vão Explodir? O Novo Gênero Literário Popular: Neurosexismo - **Tradução Livre**

³ Desilusões de Gênero: Como Nossas Mentes, a Sociedade e o Neurosexismo Criam Diferenças - **Tradução Livre**

⁴ O livro foi traduzido para o português brasileiro em 2014 sob título: " Homens Não São de Marte, Mulheres Não São de Vênus: Como a Nossa Mente, a Sociedade e o Neurosexismo Criam Diferenças Entre os Sexos" pela editora Cultrix.

disciplinas, minha autopercepção como pedagoga foi se estruturando e o incômodo com a falta de reconhecimento da área foi se tornando cada vez mais presente.

Apesar de ser o segundo curso com maior número de matriculados e o que mais forma profissionais por ano no Brasil de acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP (2020), muitas pessoas não conhecem o ofício, ou melhor dizendo - a função da pedagoga no sistema de ensino. Esquecem do núcleo de administração escolar, de coordenação, de currículo, de pesquisa em educação, de políticas educacionais, de educação especial, e definem toda a profissão por um dos eixos: docência na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, dando a essa função um status menor como se fosse uma profissão “fácil” de seguir, mas vale lembrar que o curso de Pedagogia tem cinco anos por vários motivos. O currículo é riquíssimo e a base teórica é tão forte quanto a base prática, precisamos conhecer e estudar muito para sermos boas e bons profissionais da Educação. Daí surge a questão: de onde vem esse estereótipo de curso “fácil”? Essas inquietações foram me motivando a investigar cada vez mais de onde vinham esses estereótipos.

Quando cursei a disciplina de Educação Especial, fiz um trabalho em grupo sobre crianças com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD). Fomos ao Instituto para Otimização da Aprendizagem (INODAP) em Curitiba e entrevistamos as pedagogas de lá. Conversamos sobre o que era e como se diagnosticava as Altas Habilidades e falamos sobre acessibilidade pensada para esse público. Conforme fomos avançando na conversa, questionamos a discrepância na proporção de meninos e meninas diagnosticadas. Era algo fundamentalmente biológico/genético? Ou era algo social? Uma das pedagogas disse que ela suspeitava que essa discrepância em diagnóstico se dava porque meninas são mais moldadas a se adequarem à norma social, são mais dóceis, e por isso, seus sintomas são mascarados e podem passar despercebidos. Todas essas experiências foram despertando uma curiosidade em mim sobre como vemos e interpretamos a inteligência em meninas, e mais, como ignoramos diversos aspectos cognitivos delas por as moldarmos socialmente a seguirem um padrão.

A partir do meu contato com o *neurofeminismo*, comecei a ver os impactos do neurosexismo em vários aspectos das vidas das mulheres, ainda mais em um meio

acadêmico cursando um curso feminilizado. O neurosexismo não surgiu em 2008, quando Fine usou o termo pela primeira vez, ele existiu ao longo da história ocidental mas ainda não tinha ganhado nome e isso eu percebi quando li Virginia Woolf escrever acerca das potencialidades das mulheres:

“Elas são capazes de aprender ou incapazes? Napoleão achava que eram incapazes. O doutor Johnson pensava o contrário. Teriam alma ou não? Alguns selvagens dizem que elas não tem. Outros, por outro lado, afirmam que as mulheres são metade divinas e as idolatram por isso. Alguns sábios declaram que o cérebro delas é mais superficial; outros, que sua consciência é mais profunda. Goethe as honrava; Mussolini as desprezava. Para onde se olhasse, os homens pensavam sobre as mulheres, e pensavam diversamente.” (WOOLF, pg. 47)

“Um teto todo seu”, publicado em 1929, mostra o desconforto da autora com as narrativas acerca do que uma mulher é ou não é capaz de fazer. Ela já aponta os estudos que tentam dizer que cérebros de mulheres são menos capazes, e elas mais superficiais. E não é só ela, noventa anos depois, Margaret Atwood em “Os Testamentos” escreve:

“Dizia-se que o que o meu pai estava fazendo ali era muito importante - as coisas importantes que os homens faziam, importantes demais para mulheres se meterem porque possuíam cérebros menores, incapazes de formar pensamentos mais amplos [...]” (ATWOOD, 2019 pg. 23)

Nestes dois exemplos, em contextos diferentes, trazidos da literatura, vemos como as mulheres que escrevem pensam sua representação e esse pressuposto de que homens são biologicamente mais capazes intelectualmente, sendo elas, naturalmente, "superficiais". Mas não é apenas nas narrativas que podemos perceber mulheres sofrendo com *neurosexismo*, a vida real também é discriminatória. Mary Shelley foi a primeira *pessoa* a escrever uma história de ficção científica, mas ao tentar publicar sua obra prima: “Frankenstein ou O Prometeu Moderno” as editoras não acreditavam que ela teria sido capaz de escrever uma história de terror tão chocante e profunda por ser mulher; queriam atribuir a autoria a seu marido Percy Shelley. A autora responde aos desacreditados na introdução à edição de 1831, treze anos depois da primeira edição feita de forma anônima, dando ao seu marido os créditos pela introdução à edição de 1818, mas reiterando que todo o resto foi ela quem escreveu. Ela também o agradece por todo o apoio que ele

deu à ela, nunca deixando que ela desistisse de escrever. Como escrito por Mary Shelley:

“Por certo não devo a sugestão de um só incidente nem dificilmente de uma linha sequer de pensamento ao meu marido, e ainda assim, não fosse por seu estímulo, a história nunca teria tomado a forma que apresentei ao mundo.” (SHELLEY, Mary, 2017 pg.29)

Mary Shelley teve sua inteligência e talento questionados por toda a Inglaterra, e passou anos tendo que reforçar que ela era autora verdadeira de um fenômeno literário reverenciado até hoje. O *neurosexismo* abala a capacidade de atribuição e reconhecimento de valor das mulheres, além de distorcer nossa autoimagem.

Foram essas reflexões que me levaram a querer entender a minha condição enquanto mulher e como esse espaço feminilizado que ocupo na Pedagogia foi afetado e moldado pelo *neurosexismo* presente na nossa sociedade. E é aí que conheci um outro termo: *neurofeminismo*. Claro, se há uma forma de sexismo que pressupõe a inferioridade intelectual de mulheres e que reforça papéis de gênero, dizendo que mulheres são naturalmente isso e homens naturalmente aquilo, tem que existir algo que critica e visa desconstruir essa representação.

Neurofeminismo, que será discutido mais à fundo nos próximos capítulos desse trabalho, é um olhar feminista e crítico que questiona o determinismo biológico usado para definir e descrever homens e mulheres como dicotômicos. É uma teoria que questiona a produção científica e de conhecimento que tenta criar moldes ideais de performance de gênero baseados em diferenças sexuais. A minha leitura de *neurofeminismo* se dá em diálogo com a discussão feminista apresentada por Simone de Beauvoir:

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*.” (BEAUVOIR, 1949. pg. 361)

Por esse motivo, minha leitura separa sexo de gênero, sendo **sexo** relativo à biologia, cromossomos, aos órgãos sexuais e à dicotomia entre fêmeas e machos; e **gênero** parte de um caráter fundamentalmente social que discute as relações e

as expectativas sociais atribuídas às pessoas de cada sexo. Sendo assim, entendo que gênero, papéis de gênero e identidade de gênero são constructos sociais e que independem da biologia e da genética (GUEDES, 1995) (HIRATA et.al, 2009) podendo assim termos mulheres com pênis, homens com vulva, pessoas não-binárias e pessoas cis⁵ (pessoas que têm sua identidade de gênero igual ao seu sexo de nascimento).

Tendo meu objeto definido, comecei a buscar leituras e encontrei meus primeiros percalços metodológicos. Por ser uma discussão ainda muito recente, a produção brasileira não é muito representativa e quando encontrei textos publicados em universidades do país, muitas vezes eram textos escritos em outros idiomas. Por esse motivo, em 2022, quando escrevo esse trabalho, minhas fontes e referências bibliográficas neurofeministas são em sua maioria mulheres europeias ou norte-americanas e brancas. Cabe uma releitura anticolonial, além de um recorte de classe e raça conversando com o feminismo interseccional, que não farei neste momento.

Para a elaboração desta pesquisa optei por uma análise qualitativa da questão feita a partir de um levantamento bibliográfico que se deu em duas etapas. Primeiro, pesquisei nas plataformas Scielo, Google Acadêmico e ResearchGate usando as palavras-chave “neurosexismo”, “neurofeminismo”, “feminismo e ciência” e “neurociência e gênero”. Usando essas palavras-chave pré-selecionei 15 artigos pela proximidade da descrição do resumo com minha pergunta de pesquisa original, que era: “A feminização da Pedagogia tem relação com a maneira que as profissionais da área são representadas socialmente? Essa representação aponta para o neurosexismo presente no imaginário social?”. Em seguida, foi feito um fichamento dos textos pré-selecionados e encontrei alguns textos que tinham sido citados por mais de uma pesquisadora/pesquisador que entraram para a lista de textos selecionados. Como comentado na introdução, textos usando o termo “*neurosexism*” foram mais encontrados escritos em inglês e espanhol. Pesquisando no Google Acadêmico surgem 1.440 resultados quando não há filtro de idioma. Adicionando o filtro para textos escritos em português, aparecem apenas 30

⁵ Para uma descrição mais aprofundada dos termos utilizados, consultar glossário em anexo.

resultados⁶. Na plataforma Scielo não aparecem resultados com a palavra-chave “neurossexismo”. Na segunda etapa do levantamento bibliográfico pré-selecionei 10 textos para discutir a feminização da Pedagogia seguindo o mesmo critério da etapa anterior para analisar os resumos. A partir da minha leitura inicial, surgiram mais 3 textos que referenciei no presente trabalho. Por fim, utilizei dados do IBGE, INEP e do Instituto OEI para discutir a escolarização e profissionalização das mulheres no Brasil.

No primeiro capítulo, iniciarei apresentando a metodologia utilizada ao longo desta pesquisa, então, trabalharei principalmente o conceito de *neurossexismo*, o contexto em que esse termo foi cunhado e a reflexão acerca dele. Também farei um breve levantamento bibliográfico para discutir a produção brasileira nesse assunto e o surgimento de pensadoras *neurofeministas*. A partir daí entrarei numa análise de indicadores educacionais das mulheres no Brasil a fim de levantar questionamentos sobre os impactos do *neurossexismo* na representação profissional e identitária de mulheres pensando como esse impacto pode ser mais visível em profissões feminizadas como a Pedagogia.

O termo **feminilização**, quando usado na discussão acerca do ambiente de trabalho, se trata do aumento quantitativo de indivíduos do sexo feminino em uma profissão/carreira. Já a **feminização** se refere à análise qualitativa da transformação de um ofício, pautado no imaginário simbólico do que é feminino (afetividade, maternidade, etc) de um determinado momento histórico. Este segundo termo é complementar ao primeiro, no entanto, analisa não só a entrada de mulheres em determinada profissão, mas sim os eventos que permitiram tal entrada e também o contexto que tornou possível sua permanência (YANNOULAS, 2011).

Pensando nesse fenômeno, iniciarei a discussão do segundo capítulo analisando o fenômeno de feminização da Pedagogia e do Magistério, discutindo também o “mito da educadora nata” como definido por Alessandra Arce (2001). Em seguida, discutirei a construção da autopercepção das mulheres educadoras e sua ocupação de cargos de poder político nas escolas como reflexo da conformação ao discurso hegemônico sexista que delimita o espaço da mulher àqueles delegados a

⁶ Estes resultados de pesquisa foram coletados no dia 29/04/2022.

elas. Por fim, debatarei os impactos do *neurosexismo* na construção da identidade da Pedagoga e proponho desdobramentos possíveis para a produção científica no campo apresentado nesta pesquisa.

2 CONTEXTO E PROBLEMA

A busca pela explicação do que difere homens de mulheres não é algo novo e, ao longo dos anos, diversos cientistas tentaram encontrar essas diferenças nas estruturas do cérebro. Paul Broca⁷, cientista responsável por descobrir a “área de Broca” no século XIX, buscava relacionar o tamanho do crânio e o peso do cérebro com a capacidade de aprendizagem, justificando assim, a “menor” inteligência feminina (FINE, C. 2010 pg. xxiv e xxv). Em seu best-seller “O Cérebro Feminino”, publicado em 2007, a neuropsicóloga Louann Brizendine⁸ parte do pressuposto que existem cérebros femininos e cérebros masculinos e que essa diferença é inata e imutável. As diferenças, segundo a autora, são hormonais, o que pode explicar porque mulheres são supostamente mais empáticas e homens mais sistemáticos. A mesma ideia é também utilizada por Simon Baron-Cohen⁹ que é responsável pela teoria de empatia-sistematização que visa explicar porque mulheres são mais propensas a escolherem profissões nas áreas da educação, saúde e linguagem. Partindo da premissa que mulheres são “cuidadoras” profissionalizando elas como tal, o autor utiliza da mesma linha de pensamento para afirmar que homens são mais propensos a optarem por profissões nas áreas de exatas e ciências por serem naturalmente sistemáticos (FINE, 2010).

O cérebro humano é amplamente estudado, e ainda assim, cientistas reconhecem que há muito que não conhecemos sobre seu funcionamento. Ao olhar diferenças estruturais e hormonais e presumir que há diferenças - cognitivas e

⁷ Paul Broca - 1824-1880: foi cientista, médico, anatomista e antropólogo francês. Foi o criador da neuropsicologia e possuía interesse em encontrar relações entre as características anatômicas do cérebro e a inteligência.

⁸ Louann Brizendine é cientista e neuropsiquiatra, autora dos livros “O Cérebro Feminino” publicado em 2007 e “O Cérebro Masculino” publicado em 2010. Ela é professora na University of California San Francisco e se dedica a estudar comportamento e hormônios femininos.

⁹ Simon Baron-Cohen é um psicólogo clínico britânico e professor da Universidade de Cambridge. Ele se dedica a estudar autismo e as diferenças cognitivas do sexo. Algumas afirmações controversas dele tem relação com sua teoria da empatia versus sistematismo que defende que mulheres têm um cérebro empático enquanto homens têm um cérebro sistemático.

psicológicas - capazes de serem explicadas e/ou comprovadas cientificamente reforçam crenças culturais de gênero e colocam mulheres mais uma vez, mas de outra maneira, na posição de “segundo sexo”¹⁰.

Propor estabelecer e justificar a inferioridade cognitiva da mulher e sua diferença enquanto ser social com base em estudos neurocientíficos se chama *Neurosexismo*. O termo foi cunhado por Cordelia Fine em 2008 e popularizado após o lançamento de seu livro “Delusions of Gender: How our minds, society and neurosexism create difference” em 2010. A contraposição a esse tipo de discriminação se dá no *Neurofeminismo*, termo utilizado pela primeira vez em 2012 na coletânea de artigos de diversos autores intitulado “Neurofeminism: Issues at the Intersection of Feminist Theory and Cognitive Science”¹¹ para definir uma vertente do Feminismo voltado para a análise crítica de estudos que pressupõem o inatismo das características femininas através das neurociências (NUCCI, 2015).

Pela vertente do *neurofeminismo*, o conceito de gênero tem sido discutido por estudiosas das diversas áreas científicas, buscando entender como o campo das Ciências Naturais têm buscado definir o que é natural a homens e mulheres e como essa dicotomia se construiu de forma enviesada reforçando papéis de gênero construídos cultural e socialmente. No campo da neurociência tem inúmeros estudos buscando definir o cérebro feminino e o cérebro masculino, criando estereótipos pautados em um discurso determinista ignorando quase totalmente as implicações culturais na formação dos papéis de gênero¹² praticados na nossa sociedade.

Partindo dessa análise, e dos conceitos de feminização e feminilização apresentados na introdução e aplicados ao curso de Pedagogia, proponho investigar como foi construída a identidade e a representação acerca das mulheres educadoras a partir de um levantamento bibliográfico que visa compreender o processo de feminilização da profissão docente, sua consequente feminização, e como o neurosexismo impacta na construção da identidade e da representação¹³ social de pedagogas no Brasil.

¹⁰ Referência ao pensamento e obra de Simone de Beauvoir: “O Segundo Sexo”.

¹¹ Neurofeminismo: Problemas na intersecção da teoria Feminista e da Ciência Cognitiva - **Tradução Livre**

¹² Para uma descrição detalhada do conceito, veja o glossário em anexo.

¹³ O termo *representação* como utilizado nesta pesquisa tem como base a interpretação feita por Moscovici. Para maior detalhamento, veja o glossário em anexo.

2.1 COMO NOSSAS MENTES, A SOCIEDADE E O NEUROSSEXISMO CRIAM DIFERENÇA ENTRE OS SEXOS

Cordelia Fine é filósofa e primeira autora a utilizar o termo “neurosexismo”. Em seu livro “Delusions of Gender: how our minds, society and neurosexism create difference”, ela apresenta diversos estudos em múltiplas áreas e questiona a imparcialidade/neutralidade da ciência quando o assunto é gênero. O livro é dividido em três partes, sendo que a primeira foca em questionar se o mundo realmente rompeu com o machismo estrutural, ou se estamos vivendo em uma sociedade parcialmente transformada que esconde a desigualdade de gênero. Os capítulos desta parte trabalham principalmente a divisão social do trabalho, a exclusão das mulheres de certos espaços e por onde devemos começar para atingir a igualdade de gênero.

Na segunda parte ela discute o neurosexismo em si. São oito capítulos cada um analisando uma série de pesquisas que utilizam desde neuroimagens, grupos focais, animais, até bebês e análise de comportamento que defendiam que homens e mulheres são dicotômicos e que identidade de gênero é algo inato e imutável. A partir desses trabalhos ela analisou a metodologia de pesquisa aplicada e discutiu as conclusões trazendo à tona os aspectos neurosexistas que foram reforçados e reproduzidos. O que todas essas pesquisas levantadas pela autora têm em comum é a intenção de comprovar cientificamente que homens e mulheres se diferem de maneiras que *importam* (FINE, 2010), ou seja, que funcionam biologicamente de formas totalmente distintas. É a partir dessas afirmações dicotômicas e deterministas que Fine inicia sua discussão acerca do neurosexismo.

Na última parte chamada “Reciclando Gênero” ela mergulha mais à fundo na influência da educação, da maternagem e da paternagem¹⁴ na construção de gênero das crianças. A autora discute o marketing direcionado às crianças, a escolha de brinquedos, como os pais definem as crianças pelo gênero antes mesmo do nascimento, como nossa cultura estimula a dicotomia com festas de

¹⁴ Para uma descrição detalhada do conceito, veja o glossário em anexo.

revelação de gênero (gender reveals) entre outras maneiras que a sociedade cria diferença na primeira infância.

Ao tratar das expectativas sociais, a autora analisa uma série de experimentos, sendo que um deles, realizado por Adam Galinsky na North-Western University, consistia em formar um grupo de indivíduos que receberiam fotografias de diversas pessoas, dentre elas líderes de torcida brancas, professores universitários brancos, um homem branco idoso ou um homem negro. Logo depois, elas deveriam imaginar que eram aquelas pessoas para então escrever um texto descrevendo como seria um dia comum naquela vida. O grupo de controle não recebia uma fotografia, eram dados a tarefa de escrever de um ponto de vista não afetado por estereótipos, ou seja, escrever um dia típico na vida de um homem ou de uma mulher qualquer. No final, todos os participantes em um exercício de empatia, deveriam imaginar e descrever sua própria personalidade depois do experimento. O grupo que recebeu a fotografia da líder de torcida branca se auto-descreveram como mais atraentes, bonitas e sensuais em comparação com o grupo de controle. Aqueles que se viram como professores universitários brancos se descreveram como inteligentes. Quem recebeu a fotografia do idoso branco se descreveu como mais fraco e dependente e aqueles que receberam a fotografia do homem negro se viram como mais agressivos e atléticos. Ou seja, a narrativa absorveu as características estereotipadas de um outro grupo social (FINE, 2010).

Observando esse experimento, também podemos discutir acerca dos conceitos de *identidade* e *identidade profissional*. Além de demonstrarem expectativas de gênero, o grupo que recebeu fotografias acrescentou também expectativas profissionais. Quando pensamos em identidade, podemos separar o conceito em dois pontos: “identidade para si” e “identidade para o outro”. A *identidade para si* é caracterizada pela forma que nós nos vemos e na maneira que queremos nos representar socialmente, já a *identidade para o outro* é a forma como somos vistos e caracterizados pelos outros. Baseada em Claude Dubar é assim que a autora Paula Viviane Chies utiliza esses termos para discutir o sexismo na construção da identidade profissional (CHIES, 2010). Antes de alguém ser considerado professor porque ministra aulas, o indivíduo constrói uma identidade estruturada com base em uma expectativa generalizada do que é esperado do “ser

professor”. Estamos constantemente construindo e reconstruindo nossa identidade conforme diferentes expectativas sociais. Uma professora é antes disso, alguém que se construiu através das expectativas do que é ser mulher no tempo e espaço em que ela está inserida, mas também através das expectativas do que é ser professor, isso sem levar em conta os aspectos privados da sua vida, como ser filha, ser mãe, ser esposa, ser amiga... Todos esse entrelaces sociais corroboram para a forma que agimos e nos vemos, sendo difícil desvencilhar a identidade que temos para nós, da identidade que somos atribuídos por aqueles que convivem conosco.

Em diálogo com a pesquisa de Fine e com o entendimento que *identidade* é um fenômeno social é possível questionar a afirmação já popularizada que os cérebros femininos e masculinos são estruturados e funcionam de maneiras naturalmente distintas. Se enquanto seres humanos somos capazes de empatia a ponto de mesclar nossa auto-percepção com estereótipos construídos socialmente acerca de um grupo social diferente ao qual pertencemos, não temos como afirmar que somos imutáveis ou inatos, somos flexíveis e influenciados por contexto e meio. Nas palavras de Cordelia Fine¹⁵:

“With the right social identity for the occasion or the companion, this malleability and sensitivity to the social world helps us to fit ourselves into, as well as better perform, our current social role. No doubt the female self and the male self can be as useful as any other social identity in the right circumstances. But flexible, context-sensitive, and useful is not the same as “hardwired”. And, when we take a closer look at the gender gap in empathizing, we find that what is being chalked up to hardwiring on closer inspection starts to look more like the sensitive tuning of the self to the expectations lurking in the social context.” (FINE, 2010 pg. 13)¹⁶

O trecho acima deixa claro como a autora interpreta determinismo de gênero. Para ela, interpretamos um papel, e o ser mulher mudou com o tempo, sendo assim, não há como abordar a inteligência feminina como algo unicamente

¹⁵ Nessa pesquisa, utilizei o livro escrito em inglês, não tive acesso à versão em português, por isso, a tradução dos trechos citados é feita na forma de tradução livre.

¹⁶ Utilizando a identidade social correta para a ocasião ou companhia, essa maleabilidade e sensibilidade para o mundo social nos ajuda a encaixar, assim como melhor *performar*, nosso papel social. Sem dúvida alguma o ser feminino e o ser masculino pode ser útil como qualquer outra identidade social nas circunstâncias corretas. Mas flexível, atento ao contexto, e útil não significam a mesma coisa que *imutável*. E, quando olhamos mais de perto para a diferença de gênero na habilidade de empatizar, descobrimos que o que está sendo pintado como imutável, em uma inspeção mais minuciosa, começa a se parecer mais com uma equalização atenta do ser com as expectativas à espreita no contexto social. - **Tradução Livre**.

biológico. A maneira como homens e mulheres pensam e se veem no mundo não é imutável, é cultural, social e às vezes biológico.

Também não há como abordar a inteligência feminina (e masculina) sem falarmos de educação. Rousseau no século XVIII publicou “Emílio” ou “Da Educação”. Nesta obra o autor propõe educar meninas e meninos de formas distintas, garantindo aos meninos uma educação ampla envolvendo todas as áreas de saber e às meninas uma educação capaz de torná-las boas esposas. Segundo Rousseau:

(...) toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1992 pg. 433)

A visão rousseauniana acerca do ideal de educação para mulheres se propagou por séculos reservando-as ao espaço doméstico, mas não sem debate. Mary Wollstonecraft no livro Vindicação dos Direitos da Mulher de 1792 sustenta a ideia que mulheres não são *naturalmente* inferiores intelectualmente aos homens, mas sim, tiveram menos oportunidade de desfrutarem dos mesmos privilégios de educação (PRÁ e CEGATTI, 2016), e contesta as afirmações de Rousseau, criticando a defesa deste à obediência, submissão e ignorância como as principais diretrizes da educação feminina. Ainda assim, a educação primária de meninas antes do século XIX era considerada voluntária e por esse motivo, apenas meninas de famílias mais abastadas eram concedidas esse privilégio. Às meninas pobres era reservada uma educação cujo objetivo era reforçar as qualidades femininas para o cuidado do lar e da família formando boas mães e donas-de-casa.

Depois das primeiras leis de Instrução Pública desenhadas na primeira metade do século XIX, iniciou-se a expansão da educação feminina em quase todos os países do mundo (PRÁ e CEGATTI, 2016). No entanto, ainda havia diferença curricular para meninas e meninos. Como descrito por Prá e Cegatti:

“Enquanto a educação inicial para elas era dirigida às prendas do lar, em um segundo momento o currículo escolar definia conteúdos próprios para cada sexo. Elas aprendiam a ler, depois escrever e a contar (operações matemáticas). Logo

recebiam noções de cozinha, costura e bordado, sendo a última etapa do aprendizado feminino, que as preparava para as tarefas do lar e a ocupação do espaço doméstico. Os meninos seguiam sua formação com aulas de geometria, história, geografia, retórica e filosofia, entre outras” (pg. 220)

Apesar de haver uma inserção feminina nas escolas, elas claramente recebiam uma instrução sem enfoque científico. Essa disparidade educacional, leva elas a terem menos oportunidades de desenvolverem um conhecimento científico-formal. Pode parecer óbvio que a educação de meninas teve um papel muito maior na limitação à espaços e conhecimentos intelectuais do que a “natureza feminina” ou a constituição de seus cérebros, mas em 1873, Edward Clarke, em seu livro “ Sex in Education or, a fair change for girls¹⁷”, deixa claro o imaginário social de sua época. O autor propôs que o trabalho intelectual mandava “energia perigosa” dos ovários ao cérebro, colocando em risco a fertilidade das mulheres (FINE, 2010) e chama o leitor a reencontrar a essência feminina que está sendo destruída com as mulheres agindo de forma masculina.

Esse temor da saída das mulheres do meio privado para vir a ocupar outros espaços na sociedade e a busca incessante de justificativas para manter as mulheres confinadas à domesticidade ainda é encontrado em discursos atuais. Propagamos que mulheres não levam jeito para as ciências exatas, área de conhecimento que culturalmente é vista como superior e associada à “inteligência masculina”, e que são melhores em áreas relacionadas ao cuidado como a educação primária, saúde e humanidades, áreas associadas à “inteligência feminina” dando a entender que há uma hierarquia dos saberes e que o saber “destinado” às mulheres ocupa um lugar inferior.

Abordagens como essas podem ser perigosas na forma como reproduzimos preconceito de gênero. O *Neurosexismo* afeta a maneira como ensinamos e educamos nossas meninas e meninos e como construímos nossa identidade e auto-imagem, é por isso que é tão importante que saibamos do que se trata.

¹⁷ Sexo na Educação ou Uma Mudança Justa para as Meninas - **Tradução livre**

Cordelia Fine resume dizendo: “Neurosexism promotes damaging, limiting, potentially self-fulfilling stereotypes¹⁸” (2010, pg. 174).

2.2 UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE O NEUROSSEXIMO E NEUROFEMINISMO

No Brasil iniciamos uma caminhada em pesquisas relacionadas ao *neurosexismo* e sua contrapartida, o *neurofeminismo*. Em seus estudos, Marina Fisher Nucci, cientista social, doutora e pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), começou questionando ainda em sua dissertação a tentativa das ciências naturais, mais especificamente as neurociências e a biomedicina, de explicar certos comportamentos humanos. Até o final do século XVIII a ciência acreditava que não havia diferença entre os dois sexos, os órgãos sexuais femininos eram vistos como os órgãos sexuais masculinos que não se desenvolveram, acreditava-se ainda que havia possibilidade da mulher “evoluir” e tornar-se homem, mas o contrário era impossível. Foi só no final do mesmo século que esse modelo de sexo único foi substituído pelo dimorfismo sexual, é então que mulheres e homens tornam-se radicalmente opostos (NUCCI, 2010). O olhar da ciência não é neutro, e ele se transforma de acordo com as mudanças sociais. É esse o ponto que Nucci discute, os interesses sociais por trás de algumas corridas científicas, o que fica mais claro no trecho a seguir:

Schiebinger (1986) afirma que havia no século XVIII um intenso movimento de busca em que se procurava definir e redefinir as diferenças sexuais em cada parte do corpo humano, fazendo com que cada osso, músculo, nervo e veia, passassem a se tornar radicalmente distintos em homens e em mulheres. Entretanto, essa diferença não decorria simplesmente de um “avanço” nas técnicas anatômicas. Ao contrário, é justamente na mesma época em que mulheres estavam lutando pela redefinição do papel feminino na sociedade, que a anatomia do corpo feminino passa a ser usada como “prova” de sua inferioridade intelectual. Assim, os corpos das mulheres indicavam que estas eram “naturalmente” destinadas à maternidade e que, portanto, deveriam ser confinadas ao lar e excluídas da vida política. (2010, pg 33)

¹⁸ Neurosexismo promove estereótipos danosos, limitadores e potencialmente auto-realizadores -
Tradução Livre

Ao longo da história ocidental, o corpo feminino e seu lugar na sociedade foi definido por uma comunidade científica na qual elas quase não faziam parte. A exclusão das mulheres se deu com um propósito, e sua justificação e consequente legitimação foi feita com base em pesquisas dessa mesma comunidade. A mulher e seu corpo eram vistos como úteis apenas para a reprodução. Por isso, Nucci coloca em dúvida a neutralidade da ciência, citando Fausto-Sterling,¹⁹ ela diz que ciência não é apolítica, ela não pode ser separada da sociedade e os cientistas são influenciados (conscientemente ou não) por ela. Em uma sociedade machista, a ciência pode reproduzir o machismo e por esse motivo cabe questioná-la, ainda mais uma ciência tão popularizada como as neurociências.

Quando o cérebro atravessa as barreiras dos fóruns científicos e se torna objeto de interesse do grande público, começa uma mistura entre ciência e ficção. Mitos, ou *neuromitos* como são popularmente chamados se tornaram tão comuns que são tratados como verdades absolutas por um número de pessoas. Já ouvimos falar que o ser humano só tem a capacidade de utilizar 10% do cérebro e que se tivesse como ampliar essa porcentagem desenvolveria habilidades sobre-humanas, ideias como essa foram representadas em blockbusters como “Lucy” de Luc Besson²⁰ e em “Sem Limites” de Neil Burger²¹ (EKUNI e POMPEIA, 2016). Não há problema algum em utilizar a ciência como inspiração para a ficção, o gênero de ficção-científica tanto em livros quanto no cinema fazem sucesso porque é interessante e nos mantém entretidos. O problema surge quando essa fonte de diversão passa a ser lida como verdade, e as neurociências são extremamente convincentes, como apontam Ekuni e Pompeia no seguinte trecho:

Tal é o impacto da importância da ciência na atualidade que um experimento realizado por McCabe e Castel (2008) demonstrou que a crença nas neurociências tem um peso expressivo na tomada de decisão em relação à veracidade e credibilidade de uma informação. Em um dos experimentos deste estudo, os participantes deveriam ler um texto que foi acompanhado de nenhuma imagem, ou de uma imagem de um gráfico de barras, ou a de uma imagem de um cérebro

¹⁹ Anne Fausto-Sterling é sexologista e professora de Biologia e Estudos de Gênero da Universidade de Brown. Ela estuda biologia de gênero, identidade sexual, identidade de gênero, papéis de gênero e interssexualidade.

²⁰ Filme independente de ficção científica lançado em 2014, escrito e dirigido por Luc Besson e distribuído pela sua empresa EuropaCorp.

²¹ Filme de ficção científica lançado em 2011 dirigido por Neil Burger e escrito por Leslie Dixon. Distribuído pela Relativity Media e pela Lionsgate.

humano. Quando questionados sobre a informação recebida, as pessoas que leram o texto com a imagem do cérebro acreditaram mais nas informações do que as demais (veja também Lindell e Kidd, 2013). Ou seja, os participantes do estudo deram mais credibilidade a informações acompanhadas por uma imagem que remetia a achados relacionados às ciências do cérebro. (2016 pg. 1)

Os efeitos dessa crença quase cega em tudo que tenha relação com o cérebro acaba sendo utilizado também na criação da diferença entre homens e mulheres. Em vista de revelar certas incongruências e até discriminações de gênero fantasiadas de neurociências, uma rede internacional de pesquisadoras que se auto-denominaram *neurofeministas* da *NeuroGenderings*²² começou a ser criada em 2012 (NUCCI, 2015). Pelas palavras da autora, a rede tem como proposta:

[...] criticar o dualismo e a noção de dimorfismo sexual e discutir como fatos neurocientíficos sobre sexo e gênero são produzidos, chamando atenção para o contexto histórico, cultural e político e para as consequências éticas desses estudos. As neurofeministas da *NeuroGenderings* pretendem também combater o que chamam de “neurosexismo”, ou seja, estereótipos sobre masculinidade e feminilidade, que estariam presentes nas pesquisas que buscam por diferenças cerebrais entre homens e mulheres, e em sua ampla divulgação para o público geral pela mídia. (2015, pg. 03 e 04)

Essa rede foi gerada e se mantém através de congressos em que as participantes podem discutir o *neurosexismo* além de ler, estudar e publicar seus textos. Foram 3 encontros nos anos de 2010, 2012, e 2014²³. As pesquisadoras são de diversas áreas de estudo, dentre elas, História, Filosofia e Sociologia da Ciência na área das Ciências Humanas; e na área de Neurociências são pesquisadoras em Neuroanatomia, Neurociência Cognitiva, Neurociência Comportamental e Neuroendocrinologia (NUCCI, 2015). A participação de profissionais de tantas áreas mostra a preocupação da rede com a interdisciplinaridade e a garantia de uma leitura multifacetada das ciências do cérebro.

²² O grupo possui um site que divulga as publicações feitas pelas pesquisadoras neurofeministas: <https://www.neurogenderings.org>

²³ Após a publicação de Marina Nucci em 2015, as *neurofeministas* da *Neurogenderings* tiveram mais dois encontros, um em 2016 e outro em 2020.

Ampliando o escopo, a pesquisa referente ao *neurosexismo* e consequentemente ao *neurofeminismo* tem se desenvolvido ao longo dos anos no Brasil. Vemos a discussão acerca dos impactos do neurosexismo no diagnóstico e reconhecimento de mulheres autistas (SÁ, Adriana R. 2019). Nancy Lesko et al. fazem uma análise pós-feminista da neurociência e do *neurosexismo* em: “Cérebros cor-de-rosa e educação” (2014), sendo citadas também por Miriam Jorge Warde e Cláudia Panizzolo na discussão delas acerca das imagens da infância (2014). Em 2018, o *neurosexismo* e *neurofeminismo* foi objeto do artigo publicado no 18º Congresso de Iniciação Científica da SEMESP por Maria Helena Santos Santana e Vanessa de Oliveira Alves. Em 2021, foi publicado um artigo sobre a Anne Fausto-Sterling *neurofeminista* da *Neurogenderings* pela UFSC (TAVARES, RAMOS e MOHR, 2021), além dos textos que podem ter passado despercebidos nesse levantamento bibliográfico.

Na plataforma Scielo usando as palavras-chave *neurosexismo* e *neurofeminismo* encontramos muitos textos publicados em espanhol sobre o tema e pelo Google Scholar encontramos centenas de textos em inglês, inclusive alguns publicados por universidades brasileiras como é o caso do artigo publicado em 2017 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul intitulado “Sexual Identity and Neurosexism: A Critique of Reductionist Approaches of Sexual Behavior and Gender”²⁴ escrito por Laura Dick Guerim et.al.

Esses levantamentos nos mostram que estudos neurofeministas estão se estabelecendo e essa discussão tem espaço para ser explorada por pesquisadores brasileiros. Abordar criticamente a leitura de gênero determinada biologicamente é uma leitura feminista da questão, considerar gênero um constructo e que somos seres sociais ativos e passivos na nossa relação com o ambiente e com os outros contrapõe a afirmação que mulheres ou homens são como são apenas por causa de hormônios, formato, tamanho e peso do cérebro, ou do nosso funcionamento neural. Se nos alinharmos com essa segunda perspectiva, estamos afirmando que mulheres são biologicamente fadadas ao assistencialismo e ao cuidado enquanto os

²⁴ “Identidade Sexual e Neurosexismo: Uma crítica às abordagens reducionistas de comportamento sexual e gênero” - **Tradução Livre**

homens têm vocação à intelectualidade e ao sistematismo. Ao mesmo tempo, estamos desvalorizando as profissões tradicionalmente femininas como a educação e a enfermagem, considerando elas menos desafiadoras e profissionais. Este assunto será discutido mais à fundo no próximo capítulo.

3 ESCOLARIZAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

Por mais que o acesso à educação tenha sido alcançado tardiamente pelas mulheres, elas vêm ganhando espaço e escolaridade. Mulheres têm, consistentemente, maior nível de educação que os homens no Brasil e isso é em todas as etapas de ensino (IBGE, 2021). Em 2017 a taxa de analfabetismo no país foi de 7,2%, as mulheres analfabetas representavam 6,8% enquanto os homens analfabetas representavam 7,1%. A taxa de frequência nos primeiros anos do ensino fundamental em 2019 para homens e mulheres foi igual, ambos com 95,8% de frequência. A partir dos anos finais começamos a ver diferenças, homens frequentando a escola compunham 85,8% enquanto mulheres eram 89,3%. No Ensino Médio, 66,7% dos homens frequentavam esta etapa de ensino, enquanto 76,4% das mulheres a frequentavam. A população masculina com mais de 25 anos e Ensino Superior completo é 15,1% enquanto as mulheres são 19,4%. Cursando e com titulação no mestrado e doutorado mulheres também são maioria (IBGE, 2021). Além disso, em produção científica entre 2014 e 2017 as mulheres brasileiras assinaram 72% dos 53,3 mil artigos científicos publicados (Instituição OEI, 2018).

Se olharmos apenas para esses dados, poderíamos até arriscar a dizer que as mulheres estão sendo mais reconhecidas no âmbito acadêmico e que de certa maneira “viraram o jogo”. Não é bem assim. As mulheres são mais instruídas, têm mais tempo de estudo, compõem a maioria disparada em todas as etapas de ensino, em suma, são mais qualificadas. Seguindo essa lógica, seria coerente dizer que mulheres deveriam estar ocupando cargos mais altos condizentes com sua formação, é aí que o que seria lógico se descola da realidade. No Brasil, mulheres ganham 77,7% ou $\frac{3}{4}$ do rendimento de um homem, e ainda são a minoria em cargos

políticos e de chefia. Elas são menos promovidas e nas universidades também ainda são minoria no corpo docente (IBGE, 2021) .

Essa disparidade no acesso dos altos cargos, não sendo justificada pela falta de escolarização, aponta para a discriminação de gênero e para o *neurosexismo*. Pensando em identidade e identidade profissional podemos entender que historicamente as mulheres, assim como os homens, foram direcionados para ofícios específicos de acordo com o que era considerado adequado ao seu sexo, no entanto, as funções consideradas femininas estiveram associadas a um status profissional abaixo dos homens (CHIES, 2010). Essa desvalorização do trabalho feminino se deu sob diversos pressupostos, como o argumento que mulheres não podem dedicar tanto tempo ao trabalho por causa da responsabilidade que elas têm com o lar e com os filhos, ou com a naturalização do discurso que mulheres não são responsáveis por prover financeiramente, sendo esta uma justificativa para os baixos salários oferecidos em carreiras majoritariamente femininas (CHIES, 2010). Seja qual for o argumento, o resultado é o mesmo, profissões feminilizadas vistas como assistencialistas e remuneradas com salários baixos sob a falsa premissa que o salário delas é complementar à renda familiar.

É impactante o quanto podemos analisar o mundo por outra perspectiva quando entendemos os efeitos do *neurosexismo* na realidade das mulheres. Esse tipo específico de discriminação altera as possibilidades de mobilidade social, dificulta sua ascensão à cargos de alta visibilidade tanto no meio privado quanto na vida pública, diminui suas chances de crescerem em instituições de prestígio intelectual como universidades, e ainda nesses espaços, afeta a construção identitária de mulheres em cursos classificados como “naturalmente femininos”, que é o caso da Pedagogia, que proponho analisar mais à fundo a seguir.

3.1 EDUCAR É PROFISSÃO OU VOCAÇÃO?

A discussão acerca da feminização da profissão docente, especialmente do Magistério e da Pedagogia que é voltado para crianças com menos idade, não é

nova. Mas resgatar essa discussão para melhor compreender a forma que se deu a construção da identidade da pedagoga no Brasil é importante.

O campo da Educação está entre os espaços sociais ao qual as mulheres acenderam mais rapidamente e onde foram melhor aceitas enquanto profissionais (PRÁ e CEGATTI, 2016). Esta aceitação se deu socialmente devido às transformações ocorridas nos séculos XIX E XX com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a consequente necessidade de espaços para o cuidado das crianças. A docência era o caminho mais indicado para mulheres por ser uma profissão associada aos “talentos naturais” da mulher, ou seja, características baseadas na maternidade, cuidado, afeto e paciência, criando assim o “mito da educadora nata” (ARCE, 2001).

Analizando documentos produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) desde o final da década de 1970 até o ano de 1995, a pesquisadora Alessandra Arce, buscou entender de onde surgiu essa ideia que mulheres tem um talento nato para educar e questionar sua relação com os estereótipos de gênero construídos em nossa sociedade. Ao pressupor que há vocação para trabalhar com crianças invalidamos todo o trabalho feito ao longo da formação, além de ofuscar, ou até invalidar, o conhecimento científico que é necessário construir para trabalhar na Educação Infantil. Essa invalidação pode ser percebida quando chamamos a professora da educação infantil de “tia”, “professorinha”, “jardineira” e outros termos que tiram dessa profissional a nomenclatura de “professora”, ou “profissional da educação”. Sobre esse aspecto a autora diz:

“A ambiguidade entre o doméstico e o científico chega até os dias de hoje em que, no cotidiano da educação infantil, predomina a utilização de termos como “professorinha” ou “tia”, que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar. Assim, essa mulher/mãe não chega a ser professora devido à proximidade extrema que seu trabalho possui com o doméstico e o privado (toda mulher teria adormecidos dentro de si os dons da maternidade e de educadora da primeira infância); e por outro lado não chega a ser mãe, pois, biologicamente, não foi ela a responsável por todas aquelas crianças que ficam sob seus cuidados. Essa fusão entre mãe

e professora é sintetizada na bastante conhecida utilização do termo “tia”. (ARCE, 2001, pgs 173 e 174)

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela necessidade de ampliação do sistema educacional público para crianças menores de seis anos, no entanto, os órgãos do governo da época não tinham interesse em investir muito dinheiro nessa expansão, então a fizeram da forma mais barata possível - com trabalho voluntário de mães.

Eram utilizados espaços comunitários ociosos onde mães auxiliavam professoras a cuidarem de cem a duzentas crianças de uma só vez, deixando claro que a educação dessas crianças era voltada para o assistencialismo puro (ARCE, 2001). O trabalho da professora se tornou próximo demais da vida doméstica e a abertura do espaço educacional para mães voluntárias sem formação ecoou a ponto de “[...] assumir o lugar comum, dando a impressão de que em toda mãe existe uma educadora nata.” (2001, pg. 177).

Sendo o magistério e a pedagogia áreas feminilizadas (com grande número de mulheres), é claro que muitas delas são mães além de serem professoras, elas com certeza conseguem aplicar o que aprenderam no processo de maternagem no trabalho de cuidado com as crianças, no entanto, limitar o trabalho da professora de Educação Infantil ao instinto maternal faz com que dissociemos o cuidar do educar que são indissociáveis nessa etapa de ensino, e vejamos o trabalho com crianças de 0 a 6 anos como apenas cuidado. Também faz com que pensemos na relação com crianças pequenas como algo única e exclusivamente maternal, que homens, mulheres trans ou mulheres inférteis, por não serem ou poderem ser mães biologicamente, seriam incapazes de trabalharem como profissionais nessa etapa de ensino.

O mito da “educadora nata” é reflexo de uma visão neurosexista sobre a educação. É criar uma vocação para mulheres como se elas fossem biologicamente predispostas a isto ou aquilo, é afirmar que homens são geneticamente impróprios para trabalhar na Educação Infantil e é ainda uma forma de justificar socialmente a inferiorização deste trabalho, oferecendo salários menores do que em outras etapas

de ensino, como se o trabalho com crianças pequenas fosse menos profissional ou exigisse menos intelectualmente dos profissionais que nela atuam.

As raízes desse olhar assistencialista da Pedagogia impacta também na desprofissionalização do campo. Apesar de haver uma profissionalização que se iniciou com a formação em nível médio através das Escolas Normais e dos cursos de Magistério, foi apenas em 1996 com a atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que foi regulamentado o curso de nível superior em Pedagogia. Ao longo desses quase 30 anos tivemos uma diplomação expressiva dos nossos docentes. Professores brasileiros com formação superior foi de 48,6% em 1997 para 77,5% em 2016 (SARTI, 2019). Ao longo desse período, vimos então uma disputa acirrada do mercado educacional para diplomar esses profissionais, o que levou à discussão acerca da qualidade da educação que estava sendo oferecida para esses profissionais. Independentemente das discussões sobre a maneira como foi feito esse processo de universitarização (ou no caso, a formação em faculdades e centros universitários e cursos EaD ao invés da universitarização *strictu sensu*), o resultado que obtivemos é que desde 2006 houve uma profissionalização dessa educadora que influenciou na construção da sua identidade como profissional da educação. Sua carreira se tornou uma escolha ativa com comprovação documental, ela deixou de ser “tia” e se tornou educadora, pedagoga e professora. Está havendo uma construção dessa identidade profissional e cada vez mais rompemos com o mito da educadora nata, ou da vocação para educar e passamos a ver o trabalho pedagógico como uma profissão especializada. O foco então passa a ser não na maneira como as pedagogas constroem sua *identidade para si*, mas sim, na maneira em que a *identidade para os outros* influencia nos espaços que ela ocupa. Assunto que será discutido a seguir.

3.2 OS REFLEXOS DO DISCURSO HEGEMÔNICO SEXISTA NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE PODER DA ESCOLA.

Vimos que a feminização do magistério teve apoio social devido ao forte discurso da “educadora nata” que favorecia a narrativa de transição natural das tarefas domésticas para a docência. No entanto, nas etapas de ensino com crianças

maiores, que demandavam menos cuidados com suas funções corporais, os homens continuaram atuantes. São nessas etapas, em que há separação por especialidade de conhecimento, que o educador perde o lugar de “tia” e se torna “professor” (FREITAS, 2017). Enquanto isso, a direção escolar e a inspeção por muito tempo foram vistos como cargos que exigiam atributos “masculinos”, limitando assim, o trabalho das mulheres à educação infantil. Essa limitação vem de um olhar assistencialista atribuído ao trabalho com crianças fazendo com que haja uma desprofissionalização do magistério gerando uma ambiguidade das relações entre escola e família que fica bem descrito nas palavras de Olga Freitas:

“[...] a construção da identidade docente reflete a ambiguidade das relações entre escola e família, entre professora e mãe, imprimindo uma concepção assistencialista que entende a docência como uma missão feminina, vinculando-a a um grau de parentesco (tia) que desqualifica a ação profissionalizada, restringindo-a aos cuidados com as necessidades básicas da criança, e tendo como atributos amor, cuidado, sensibilidade, delicadeza.”

Por mais que tenha tido diversos avanços na ocupação de espaços antes masculinos por mulheres, e, no Brasil, as mulheres estarem se tornando cada vez mais qualificadas acessando o ensino superior, ainda existe algo que está limitando a ascensão a cargos de poder e de chefia. Nos estudos feministas norte-americanos esse fenômeno é denominado “teto de vidro”. Este nome foi dado para descrever a relação de mulheres subindo em suas carreiras, que conseguem ver cargos altos e até concorrer a eles, mas se deparam com uma barreira invisível e intransponível que as impede de crescer corporativamente. Ao estudar a feminização da educação e a ocupação dos espaços de poder na Escola, Olga Cristina Rocha de Freitas estuda um fenômeno similar. Ela buscou compreender a força do discurso sexista quando o assunto era a atuação das mulheres na gestão escolar. A autora olha para a ocupação feminina de cargos de chefia e percebe que diversos obstáculos se apresentam, dentre os quais “a não aceitação do comando feminino pelo homem, a desconfiança acerca das competências para a função, além das obrigações familiares e domésticas [...]” (FREITAS, 2017). A presença desses obstáculos apenas para as mulheres deixa evidente um consenso cultural na sociedade que

chefiar, comandar e coordenar são ações essencialmente masculinas, às quais as mulheres não estão preparadas para realizar “independentemente de sua escolarização, qualificação profissional e técnica”. Por questionar a delegação do poder aos homens pelas próprias mulheres, Freitas propõe evidenciar como nosso olhar sexista da sociedade promove essa naturalização do poder dos homens através de um estudo de caso das eleições para direção escolar do sistema público do Distrito Federal no ano de 2016.

Foram analisadas as eleições de 667 escolas, sendo que por diferentes motivos, apenas 598 elegeram de fato suas equipes gestoras. A tipologia das escolas se deu com base na seriação, sendo assim, divididos em: Centros de Educação Infantil (CEI), que atendem as crianças de 0 a 5 anos; Escolas Classes (EC)²⁵ que atendem as crianças do 1º ao 5º ano (alunos dos 6 aos 10 anos); Centros de Ensino Fundamental (CEF)²⁶, que atuam do 6º ao 9º ano (alunos entre 11 e 14 anos) e os Centros de Ensino Médio que atendem os estudantes de 15 a 18 anos.

Os pontos que mais chamaram a atenção nesse estudo foi a constatação de que as candidaturas femininas eram maioria nos Centros de Educação Infantil, tendo eleito 90,4% de Chapas Femininas (compostas apenas de mulheres), enquanto chapas mistas (Homem-Mulher ou Mulher-Homem) compôs 9,6% das chapas eleitas. Nessa etapa de ensino não houve candidatura de chapas masculinas (compostas apenas de homens). Esse resultado reforçou a hipótese da autora de que pela baixa representatividade de homens atuando nessa etapa, é mais fácil termos uma ocupação massiva de mulheres na gestão já que elas se sentem capacitadas e dispostas a concorrerem a tais cargos.

Nas Escolas Classes (Anos Iniciais do Ensino Fundamental), também houve predominância de chapas femininas eleitas (67,1%), chapas mistas elegeram 29,3% e as chapas masculinas compuseram 3,7% das chapas eleitas. Esse resultado mostrou que nas duas etapas de ensino em que há atuação da profissional formada em Pedagogia como docente, houve eleição majoritária de chapas femininas,

²⁵ No Paraná essa etapa de Ensino é referida como Ensino Fundamental I ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental

²⁶ Também conhecido como Ensino Fundamental II ou Anos Finais do Ensino Fundamental

podendo facilmente ser atribuído ao maior número de profissionais do gênero feminino atuando nesse espaço.

Analisando as eleições dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no texto de Freitas referido como Centros de Ensino Fundamental, vemos uma transformação no cenário. Para a direção dessa etapa de ensino 62,7% das chapas eleitas tinham concorrentes do sexo masculino, evidenciando assim, que quanto mais técnica a atuação docente, sendo que é nessa etapa onde há divisão disciplinar e a presença de professores licenciados em áreas diversas de conhecimento, e menos atrelada aos cuidados e à “sensibilidade maternas”, mais os homens acentuam sua participação nas ações de comando, e mais as mulheres delegam espaço (FREITAS, 2017).

Por fim, as eleições dos Centros de Ensino Médio explicitam ainda mais o sexismo na educação. As chapas masculinas foram as mais eleitas (46,9%); as chapas femininas ficaram com 25% e as chapas mistas elegeram ao todo 18,1%. Tais resultados reiteram que há um discurso hegemônico que associa o ensino primário a características femininas e o ensino “especializado” ou “técnico” que é dito mais racional, impessoal e profissional, é associado a características masculinas. Reforçando a ideia - que todas essas autoras que fomos discutindo criticavam - de que os homens detêm a razão e as mulheres a emoção ou o cuidado.

Este estudo mostra que as mulheres internalizam o discurso hegemônico que garante a ascensão dos homens aos espaços de poder e evidencia que esse discurso sexista que se baseia no determinismo biológico e nas construções sociais - nesse estudo chamado de *neurosexismo* - é capaz de distorcer a autoimagem das mulheres pedagogas de suas capacidades e potencialidades influenciando na construção de sua *identidade para si* por causa da sua *identidade para os outros*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As profissões associadas à características femininas como o cuidado, o afeto, a paciência, a empatia etc. foram se feminilizando mais rapidamente, também são

as mais desvalorizadas em status e em remuneração sob a justificativa das mulheres precisarem apenas complementar a renda familiar, além de inicialmente não exigir formação superior para ocupar esses cargos, e, mais recentemente, sob a premissa que “professoras trabalham por amor”. Com o maior acesso de mulheres às universidades e na produção científica do país, deveríamos ver uma mobilidade social maior delas e um aumento significativo do piso salarial de profissões exercidas majoritariamente por mulheres, no entanto, nem a disparidade salarial diminuiu, nem a ocupação de cargos de chefia aumentou na proporção em que as mulheres foram ultrapassando os homens em anos de escolarização e capacitação.

Uma das análises possíveis desse paradoxo, que busquei trazer nesta pesquisa, foi a relação da feminização da Pedagogia com a construção da *identidade para si* das pedagogas que é refletida pela *identidade para os outros*, que devido aos mitos construídos historicamente da “educadora nata”, da “tia”, da “educadora maternal” dificultou a profissionalização e a ruptura com a ideia de que trabalhar com crianças é um passo natural, uma vocação para mulheres. Quando a formação exigida para atuar na Educação Infantil deixou de ser a nível médio e passou a ser de nível superior, houve um processo de profissionalização da carreira, mesmo que precário, que influenciou na construção da identidade profissional da Pedagoga, tirando dela o título de “tia” e dando a ela o título de “profissional da educação”. Aos poucos vemos a representação da “professorinha” migrar para a “professora” e as próprias pedagogas reforçarem seu lugar como educadoras.

No entanto, como vimos na análise do texto da Olga de Freitas, essas educadoras se arriscam pouco para ocupar cargos de chefia e direção escolar. Nas etapas predominantemente femininas que são a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino fundamental chapas femininas são as que mais concorrem e que mais ganham, provavelmente pela baixa presença de homens atuando nessas áreas, mas assim que o percentual masculino de professores sobe, as mulheres vão abrindo mão da candidatura à direção e as chapas eleitas são mais masculinas. A autora concluiu que esse cenário é sinal que as mulheres acabam acatando o discurso hegemônico patriarcal e delegando sua representação à homens devido a uma construção identitária da mulher que afirma que elas são incapazes de se

representarem politicamente, ou que cargos políticos ou de coordenação são mais condizentes com uma “inteligência masculina”.

Todas essas discussões mostram como o discurso e os estereótipos atribuídos às mulheres, que as colocam num lugar de submissão, afetam a construção de sua identidade. Quando falamos de identidade profissional das áreas feminizadas como a Pedagogia, antes de construírem a identidade profissional de um professor, pensando nas expectativas sociais desse grupo, elas constroem a identidade profissional da professora, que cruza com a identidade da mulher e tem incutido nela as expectativas sociais referentes à forma que uma mulher deve se comportar em união com o papel de educadora. Essa intersecção da identidade profissional com a identidade feminina sofre influência de discursos neurosexistas presentes na sociedade que reforçam discursos hegemônicos patriarcais. Sendo assim, ao discutir os impactos do *neurosexismo* na construção da identidade da Pedagoga, discutimos também a estereotipação da pedagoga como menos profissional, menos inteligente, mais emocional, mais maternal e entendemos de uma forma nova, as dinâmicas sociais que levam à disparidade salarial, à desvalorização profissional e à não-ocupação de cargos de chefia.

Sendo assim, utilizar novas nomenclaturas para definir e descrever fenômenos que há muito percebemos sem antes conceituar, nos dá a chance de compreender nosso entorno de outras formas. Definir como *neurosexista* aquilo que busca comprovar uma dicotomia intransponível na forma como homens e mulheres pensam, agem, vivem e se relacionam usando justificativas baseadas no determinismo biológico, nos dá a possibilidade de contrapor com leituras *neurofeministas* que rompem com tais binarismos. A análise das relações de gênero partindo de um olhar *neurofeminista* está sendo utilizada na pesquisa mundial para discutir e questionar a propagação da produção científica enviesada nas mais diversas áreas do conhecimento, como vimos no caso das pesquisadoras da rede *Neurogenderings*. No Brasil, já temos pesquisadoras trazendo essa discussão para dialogar com pré-concepções da Medicina, Biomedicina, Psicologia e também da Educação. Utilizar esses novos conceitos nos permite repensar situações como o diagnóstico tardio de meninas com Autismo, Altas Habilidades, TDAH - que são

geralmente atribuídos a meninos. Além disso, podemos renovar nosso olhar sobre questões já discutidas pelo feminismo, como disparidade salarial, a não ocupação de mulheres em cargos de chefia e de poder político, ou como feito nesta pesquisa, analisar os impactos na construção da identidade profissional de mulheres que atuam em profissões feminizadas. Sendo um campo novo e cheio de possibilidades, ainda há muito que pode ser feito e discutido na produção científica brasileira e do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, V. O. ; FARIA, R. R. ; OLIVEIRA, C. B. ; SANTANA, M. H. S. **Neurosexismo: Uma Reflexão Sobre Gênero E Ciência.** In: Conic-Semesp, 2018, São Paulo. Anais do Conic-Semesp, 2018.
- ARCE, Alessandra: **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação Infantil.** in: Cadernos de Pesquisa, n. 113: São Paulo, 2001.
- ATWOOD, Margaret: **Os Testamentos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de: **O Segundo Sexo.** Botafogo: Editora Nova Fronteira, 2013.
- CHIES, Paula Viviane: **Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho.** in: Revista Estudos Feministas, 18 (2) : Florianópolis, 2010.
- EKUNI, Roberta; POMPEIA, Sabine: O Impacto da Divulgação Científica na Perpetuação de Neuromitos na Educação. in: Revista da Biologia da USP: São Paulo, 2016
- DELPHY, Christine. **“Patriarcado”.** In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise et. al. **Dicionário Crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 173-178.
- FINE, Cordelia. **Delusions of Gender: How our Minds, Society, and Neurosexism Create Difference:** 1 ed: New York: Norton & Company, 2010
- FREITAS, Olga Cristina Rocha de. **A Feminização da educação e a ocupação dos espaços de poder na escola:** A força do discurso sexista e a atuação da mulher na gestão escolar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Florianópolis, 2017.
- GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?**.Psicol.cienc.prof, Brasília,v. 15, n.1-3, pág.4-11, 1995.
- GUERIM, Laura Dick et.al.. **Sexual Identity and Neurosexism: A critique of reductivist approaches of sexual behavior and gender.** Dissertatio Revista de Filosofia v. 5. Rio Grande do Sul, 2017.
- HIRATA, Helena et. al: **Dicionário Crítico do Feminismo.** 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2020.
- IBGE: **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil 2a Edição:** Diretoria de Pesquisas, 2021
- IBGE: **Estatísticas de Educação: Indicadores Sociais da Educação no Brasil:** Diretoria de Pesquisas, 2018

INEP: **Censo da Educação Superior 2019**: Divulgação dos resultados, Brasília, 2020.

LESKO, N., MCCALL, S. D., WARDE, M. J., & NETO, L. R. **Cérebros cor-de-rosa e educação: uma análise pós-feminista da neurociência e do neurosexismo**. Revista Brasileira De História Da Educação, 2014. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38883>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI). **Estudo da OEI aponta conquista das mulheres do meio científico no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://oei.org.br/noticia/estudo-da-oei-aponta-conquista-das-mulheres-do-meio-cientifico-no-brasil>. Acesso em: 10 de março de 2022.

NUCCI, Marina. **Hormônios pré-natais e a idéia de sexo cerebral: uma análise das pesquisas biomédicas sobre gênero e sexualidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2010.

NUCCI, Marina . **Não chore, pesquise! Reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo**. In: V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2015, Porto Alegre. Anais da ReACT Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2015.

PRÁ, Jussara Reis e CEGATTI, Amanda Carolina. **Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico**. In: Revista Retratos da Escola, v.10 n. 18: Brasília, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SÁ, Adriana R. . **A Discriminação De Mulheres Autistas, Uma Construção Do Patricarcado**. In: XIII congresso Nacional de Bioética, 2019, goiania. XIII congresso Nacional de Bioética. Democracia, saude e direitos humanos, 2019.

SARTI, Flavia Medeiros. **O curso de pedagogia e a universitarização do magistério no Brasil: das disputas pela formação docente à sua desprofissionalização**. Educ. Pesqui v. 45, São Paulo, 2019.

SHELLEY, MARY. **Frankenstein, ou, O Prometeu Moderno**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

SOUZA, Andréa Rodrigues de, MELO, José Carlos de: **Educadora ou Tia: Os reflexos da feminização do Magistério na construção da Identidade Profissional de Professores (as) da Educação Infantil**. In: Revista Inter-Ação v.43, n.3, 2018.

TAVARES, Bruno et al.. **Anne fausto-sterling e as relações entre sexo e gênero: contribuições para a educação em ciências**. Anais do XIII Encontro Nacional de

Pesquisa em Educação em Ciências... Campina Grande: Realize Editora, 2021.

WARDE, Mirian. Panizzolo, Claudia. **Imagens da Infância**. Revista Brasileira de História de Educação, vol. 14 n. 2. Maringá, 2014.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**: 1 ed. São Paulo, Tordesilhas, 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Feminização ou Feminilização? Apontamentos Em Torno De Uma Categoria**. Brasília: Temporalis v. 11 n. 22, 2011.

GLOSSÁRIO

Feminismo: Como definido por bell hooks: “ É um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão.” (HOOKS, 2020) Essa definição é simples mas direta, deixa claro que a proposta do feminismo não é ser “anti-homem” e que não se limita ao movimento das mulheres. O feminismo é uma busca pela igualdade de gênero que não visa a troca de uma opressão por outra, mas sim o fim de toda e qualquer forma de opressão de gênero.

Gênero: A palavra “gênero” tem diversos significados nos diferentes contextos. Quando pensamos na literatura ou cinema se refere ao tipo de livro/filme que estamos descrevendo, se é uma história de terror, comédia, ação etc. No contexto dos estudos de gênero, movimento feminista, estudos de mulheres, a palavra “gênero” tem outro significado. Definimos gênero como uma “forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre sexos” (GUEDES, 1995). Ou seja, o conceito de gênero surge para romper com a dicotomia determinista entre sexos biológicos. Quando pensamos em gênero, pensamos nos papéis sociais construídos e atribuídos culturalmente para indivíduos a partir da presunção de um ideal dado pelo sexo biológico. Sendo assim, é possível que um indivíduo com sexo masculino performe o papel social de mulher, sendo assim uma mulher-trans. Abre também a possibilidade de um indivíduo flutuar entre a performance de um gênero ou outro se identificando como “gênero-fluido” ou “não-binário”. Pensar o gênero dessa forma também nos dá a possibilidade de questionar estereótipos do que é um homem e uma mulher permitindo que possamos propor alternativas de masculinidades e feminilidades. Em suma, pensar gênero é pensar sociologicamente, culturalmente, filosoficamente o que é ser homem e o que é ser mulher em uma determinada sociedade e como os indivíduos performam essa identidade nesses contextos.

Sexo biológico: Não tem relação direta com gênero, é apenas o sexo de uma pessoa, definido com base nos órgãos sexuais e cromossomos sexuais com que nasce um indivíduo. (MATHIEU, 2009)

Identidade de gênero: Independe do sexo biológico, é a forma como a pessoa se identifica, podendo ela ser homem ou mulher cis (indivíduo que sua identidade de gênero é igual ao sexo biológico), trans (indivíduo que sua identidade de gênero não é igual ao seu sexo biológico) ou gênero-fluído/não-binário (indivíduo que se identifica com tanto com a identidade de gênero feminina quanto masculina e performa ambos).

Sexualidade: Tem relação com a atração sexual e desenvolvimento afetivo dos indivíduos. Se uma pessoa se relaciona romanticamente apenas com indivíduos do mesmo gênero ela é homossexual, se ela se relaciona apenas com indivíduos do gênero oposto ela é heterossexual, se ela se relaciona com indivíduos de ambos os gêneros ela é bissexual. Vale ressaltar que sexualidade e identidade de gênero não são a mesma coisa. (LHOMOND, 2009)

Sexismo: É a opressão de gênero contra qualquer indivíduo independentemente do seu sexo biológico/ identidade de gênero. Nesse sentido, quando uma escola não contrata professores homens para determinadas séries, essa ação é sexista, pois discrimina por causa do gênero. Perceber o sexismo é bem fácil, nos basta pensar na inversão de gênero para determinadas situações: “se ao invés de ser uma mulher, fosse um homem, o resultado seria o mesmo?” Se a resposta for não, a situação analisada é sexista. Ou seja, somos sexistas quando exigimos comportamentos diferentes de gêneros diferentes por causa da norma social.

Patriarcado: É o termo utilizado nas teorias feministas para designar o sistema de opressão em que os homens dominam as mulheres (DELPHY, 2009).

Feminilização: Quando usado na discussão acerca do ambiente de trabalho, se trata do aumento quantitativo de indivíduos do sexo feminino em uma profissão/carreira. (YANNOULAS, Silvia, 2011)

.

Feminização: Refere-se à análise qualitativa da transformação de uma ocupação pautado no imaginário simbólico do que é feminino (afetividade, maternidade, etc) de

um determinado momento histórico. Este segundo termo é complementar ao primeiro, no entanto, analisa não só a entrada de mulheres em determinada profissão, mas sim os eventos que permitiram tal entrada e também o contexto que tornou possível sua permanência. (YANNOULAS, Silvia, 2011)

Divisão Sexual do Trabalho: Este conceito refere-se à atribuição de tarefas e ocupações para indivíduos com base no seu sexo biológico. Pode ser utilizado para pensar o trabalho no âmbito privado, designado às mulheres a maternidade e todo o trabalho proveniente dela, e aos homens o trabalho que depende de força física como reformas, consertos e outras atividades afins. Ou, pode ser utilizado para pensar o trabalho no âmbito público, que socialmente define profissões/ocupações femininas ou masculinas utilizando argumentos deterministas como justificativa. Para exemplificar, podemos pensar em como a profissão de pedagoga é atribuída socialmente às mulheres, usando como justificativa o suposto amor “natural” que mulheres sentem por crianças, ou ainda o “dom” que mulheres têm para educar. Quando pensamos nos homens, temos a construção social que profissões relacionadas às engenharias são masculinas por causa da suposta racionalidade “inata” dos homens ou ainda no “dom” que homens têm de solucionar problemas. É importante ressaltar que a Divisão Sexual do Trabalho não se dá de forma natural, ela é um constructo político-social, as capacidades dos indivíduos não são limitadas ao sexo e o que define esse padrão não é biológico mas sim cultural, social e político. (YANNOULAS, Silvia, 2011)

Transgênero: Pessoas cuja a identidade de gênero não é a mesma da identidade atribuída a seu sexo biológico. (JESUS, 2012)

Cisgênero: Pessoas cuja a identidade de gênero é a mesma da identidade atribuída ao seu sexo biológico. (JESUS, 2012)

Não-binário: Pessoas cuja identidade de gênero não conforma com o binarismo imposto pela sociedade, podendo elas se identificar com a identidade atribuída ao seu sexo biológico ao mesmo tempo que podem se identificar com a identidade

oposta, ou terem sua identidade de gênero em algum lugar no meio dos dois polos, tendo gênero como um espectro. (JESUS, 2012)

Neurosexismo: É a forma de opressão que busca justificar e até defender a propagação da desigualdade de gênero usando argumentos científicos e neurocientíficos. Argumentos estes pautados no determinismo biológico defendendo que há uma dicotomia inata e imutável entre homens e mulheres que faz com que eles sejam racionais e sistemáticos enquanto as mulheres são empáticas e cuidadosas. (FINE, 2010)

Neurofeminismo: É um olhar feminista e crítico que questiona o determinismo biológico usado para definir e descrever homens e mulheres como dicotômicos. É uma teoria que questiona a produção científica e de conhecimento que tenta criar moldes ideais de performance de gênero baseados em diferenças sexuais. (NUCCI, 2015)

Maternagem e Paternagem: Ambos os termos se diferem da “Maternidade” e “Paternidade”, no sentido que os últimos se referem ao estado de ser mãe ou pai biologicamente ou através da adoção, enquanto que Maternagem e Paternagem se referem à relação construída com a criança visando garantir a segurança emocional e física. É ser ativo e presente no desenvolvimento das filhas e filhos.